



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO 8º JEC DA COMARCA DE JOAO PESSOA/PB

Processo: 08073956020198152003

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ALINE CARLA NUNES DE FREITAS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., informar para ao final requerer o que segue.

Em relação à petição apresentada pela parte autora através do ID [33318045 - Petição](#), fato é que, mesmo após as explicações contidas na petição de ID [33294423 - Outros Documentos \(2651857 PETICAO DE JUNTADA DE LIQUIDACAO 05\)](#), a parte contrária insiste em tentar ludibriar o juízo e apresentar cálculo em DISSONÂNCIA COM A CONDENAÇÃO. Veja, Nobre Julgador, em que pese tenha sido retirado o honorário equivocado anteriormente inserido, a parte exequente apresenta cálculo com 47 meses de juros, ou seja, DESDE O EVENTO DANOSO, em DIVERGÊNCIA com a condenação, eis que os juros incidem desde a CITAÇÃO, conforme parcial provimento do recurso interposto. Vejamos o acórdão:

*“Sendo assim, conheço do recurso por estarem presentes os requisitos de admissibilidade e, no mérito, **DOU PROVIMENTO PARCIAL** ao recurso interposto pela parte recorrente para condenar a promovida ao pagamento de R\$ 1.687,50, com base no grau de debilidade sofrida pelo autor, devidamente corrigidos pelo INPC a contar do evento danoso, acrescidos de juros de mora de 1% ao mês contados a partir da citação”*

Certo é que a petição ID [33294407 - Petição](#) e seus esclarecimentos demonstram CABALMENTE que o pagamento ESPONTÂNEO se deu nos exatos termos da condenação. Ocorre que, posteriormente à petição supracitada, possivelmente a parte contrária reconheceu seu equívoco e juntou aos autos petição de requerimento de liberação de valores, conforme ID [34054259 - Petição](#). Deste modo, vem requerer que seja proferida sentença de extinção da execução, nos termos do art. 924, II, CPC.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

JOAO PESSOA, 24 de setembro de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB